



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº ~~28~~ 2023 DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

Autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ijaci aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R\$ 78.003,81 (setenta e oito mil e três reais e oitenta e um centavos) com a inclusão das seguintes dotações de despesa:

Órgão: 10 – Prefeitura Municipal de Ijaci

Unidade: 02.010.001 – Apoio e Promoção Cultural

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0011 – Lei Paulo Gustavo

Atividade: 2.256 – LEI PAULO GUSTAVO - CULTURA AUDIOVISUAL

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R\$5.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$45.515,31

3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.....R\$5.000,00

Fonte 1715 – Transf. dest. ao Setor Cultural (audiovisual).....R\$ 55.515,31

Atividade: 2.257 – LEI PAULO GUSTAVO - DEMAIS AREAS DA CULTURA

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R\$6.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$4.488,50

3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.....R\$12.000,00

Fonte 1716 – Transf. dest. ao Setor Cultural (demais setores da cultura)..R\$ 22.488,50

Parágrafo único. Os créditos especiais mencionados neste artigo serão utilizados para cobertura de despesas relativas as ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, nos termos da Lei Complementar n.º 195, de 08/07/2022 e Decreto Federal n.º 11.525 de 11/05/2023, e compatível com plano de ação aprovado pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º. Servirá de recursos para a cobertura do crédito especial autorizado nesta lei o excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, apurado nas seguintes fontes de recursos:

I – R\$ 55.515,31 na fonte 1715 – Transferências destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 (art. 5º) – Audiovisual;

II – R\$ 22.488,50 na fonte 1716 - Transferências destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 (art. 8º) – Demais Setores da Cultura;

Art. 3º. Fica o Executivo autorizado a suplementar o crédito especial autorizado nesta



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

lei até o valor de R\$ 5.000,00 por excesso de arrecadação de rendimentos de aplicação.

Art. 4º. Fica autorizada a inclusão da despesa objeto desta Lei, na Lei Municipal n.º 1.416 de 21 de junho de 2022 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 e na Lei Municipal n.º 1.398 de 30 de novembro de 2021 que estabeleceu o Plano Plurianual – PPA, para o período de 2022/2025.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ijaci, 09 de outubro de 2023.


Fabiano da Silva Moreti
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores

Encaminhamos à esta Casa para apreciação, o incluso Projeto de Lei que **“Autoriza abertura do crédito especial e dá outras providências”**, em atenção ao Ofício 079/2023 da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Em 08/07/2022 foi sancionada a Lei Complementar n.º 195, denominada Lei Paulo Gustavo que dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. E, por meio do Decreto Federal n.º 11.525, de 11/05/2023, a referida lei foi regulamentada.

Seguindo os ditames da LC 195, de 2022 e respectivo regulamento, o município realizou consulta pública à população para elaboração de plano de ação de apoio cultural, e, posteriormente, cadastrou-o na Plataforma TransfereGov, o qual já se encontra aprovado pelo Ministério da Cultura, restando apenas sua correspondente adequação orçamentária nos termos do inciso I do art. 9º do Decreto 11.525, de 2023.

Os recursos para execução das ações culturais previstas na LC 195, de 2022, não foram previstos no orçamento municipal de 2023, até porque a sua regulamentação e definição de valores ocorreu apenas em 2023.

O TCEMG estabeleceu duas fontes específicas para registro das Transferências de recursos da destinados ao setor cultural - LC 195/2022, quais sejam: **1715** para ações de audiovisual (art. 5º da LC) e **1716** para ações de demais áreas da cultura (art. 8º da LC).

Desta forma, consoante disposto no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964 e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000; bem como orientação do TCEMG na Consulta n.º 932.477, o recebimento destes recursos não previstos para o exercício de 2023, configuram excesso de arrecadação nas fontes 1715 e 1716, os quais somente podem ser utilizados mediante abertura de crédito adicional.

Como o município não possui ações específicas e compatíveis com as dotações orçamentárias existentes, há necessidade de prévia autorização legislativa para abertura de crédito especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Importante ressaltar ainda que não se trata de recurso ordinário a ser utilizado pelo município. O objetivo da LC 195/2022 é apoiar fazedores e fazedoras de cultura diante dos desafios enfrentados durante a pandemia da Covid-19. De acordo com o art.2º do Decreto nº11.525/2023 (que regulamenta a LC 195/2022) os valores devem ser transferidos aos artistas e fazedores de cultura do município por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção pública simplificadas. Nesse sentido, todo o recurso deve ser utilizado para fomentar projetos do setor cultural.

Por tudo exposto, solicitamos aprovação do presente projeto, para legal e correta utilização dos recursos transferidos pela União para ações emergenciais no setor cultural nos termos da LC 195, de 2022, e esperamos aprovação desta Colenda Câmara.

Prefeitura Municipal de Ijaci, 09 de outubro de 2023.

Fabiano da Silva Moreti
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

OFÍCIO: SEMCEL 079/23

Ijaci, 05 de outubro de 2023.

Assunto: Projeto de Lei para abertura de crédito especial – Lei Paulo Gustavo

Prezado,

Com os cordiais cumprimentos, sirvo do presente para solicitar os tramites jurídicos necessários para envio à Câmara Municipal de Ijaci de Projeto de Lei para abertura de crédito especial no presente exercício até o valor de R\$ 78.003,81 (setenta e oito mil e três reais e oitenta e um centavos).

Esta ação se justifica pois em 08/07/2022 foi sancionada a Lei Complementar n.º 195, denominada Lei Paulo Gustavo que dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. E, por meio do Decreto Federal n.º 11.525, de 11/05/2023, a referida lei foi regulamentada.

Seguindo os ditames da LC 195, de 2022 e respectivo regulamento, o município realizou consulta pública à população para elaboração de plano de ação de apoio cultural, e, posteriormente, cadastrou-o na Plataforma TransfereGov, o qual já se encontra aprovado pelo Ministério da Cultura, restando apenas sua correspondente adequação orçamentária nos termos do inciso I do art. 9º do Decreto 11.525, de 2023.

Os recursos para execução das ações culturais previstas na LC 195, de 2022, não foram previstos no orçamento municipal de 2023, até porque a sua regulamentação e definição de valores ocorreu apenas em 2023.

O TCEMG estabeleceu duas fontes específicas para registro das Transferências de recursos da destinados ao setor cultural - LC 195/2022, quais sejam: 1715 para ações de audiovisual (art. 5º da LC) e 1716 para ações de demais áreas da cultura (art. 8º da LC).

Desta forma, consoante disposto no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964 e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000; bem como orientação do TCEMG na Consulta n.º 932.477, o recebimento destes recursos não previstos para o exercício de 2023, configuram excesso de arrecadação nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

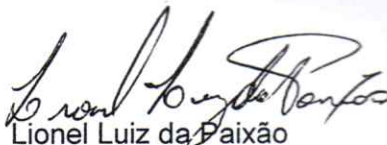
Estado de Minas Gerais

fontes 1715 e 1716, os quais somente podem ser utilizados mediante abertura de crédito adicional.

Como o município não possui ações específicas e compatíveis com as dotações orçamentárias existentes, há necessidade de prévia autorização legislativa para abertura de crédito especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

Importante ressaltar ainda que não se trata de recurso ordinário a ser utilizado pelo município. O objetivo da LC 195/2022 é apoiar fazedores e fazedoras de cultura diante dos desafios enfrentados durante a pandemia da Covid-19. De acordo com o art. 2º do Decreto nº 11.525/2023 (que regulamenta a LC 195/2022) os valores devem ser transferidos aos artistas e fazedores de cultura do município meio de editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção pública simplificadas. Nesse sentido, todo o recurso deve ser utilizado para fomentar projetos do setor cultural.

Atenciosamente,



Lionel Luiz da Paixão

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

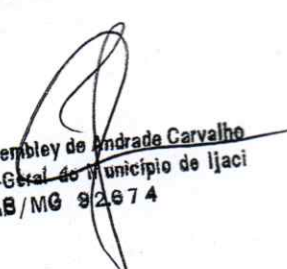
R.A. 05/10/2023

Exmo Dr.

Jaderson Wembley de Andrade Carvalho

DD. Procurador do Município de Ijaci

Ijaci - MG



Jaderson Wembley de Andrade Carvalho
Procurador-Geral do Município de Ijaci
OAB/MG 92674